

1

Introdução

Um grito “violento” ressoa na noite clara, a cidade parece deserta. Numa “melopecia arrastada”, o mar “vozeava” na Praia da Saudade de um jeito “rouco e lamentoso”. Em resposta ao primeiro, outro grito, dessa vez “medonho”, “de fera”, “horripilante”. A luz do luar era “fantástica”, derramava-se nas “calçadas como uma toalha de neve luminosa”. Logo se sucederam outros gritos retalhando o ar. Assustados, “correndo, com os cabelos eriçados, e com a alma cheia de horror”, cinco rapazes, sentindo decrescer atrás deles o clamor dos loucos, se afastam da “Casa de Sofrimento”.

Aquela noite iniciara “em torno de uma mesa de restaurante”, na qual os sonhos e anseios, concernentes à “idade dos convivas”, eram ditos “em prosa e verso”. Era uma noite de “maluquice romântica”, como, não raro, eram as noites dos jovens embevecidos pela boemia carioca no ocaso do século XIX, e o grupo de rapazes, após a ceia, entabulara, sob o embalo do romantismo característico dos dezoito anos, uma “conversa desvairada”. Ao saírem do restaurante, ainda com as almas agitadas, o grupo resolveu seguir a sugestão do “mais exaltado: como seria belo, agora, um passeio à praia da Saudade! Oh! Ver o hospício, sob este luar...” E assim seguiram “a pé”, sob o testemunho do “luar divino”, empenhados em saciar a sede por “peregrinações”, aguçada pelos *Cantos de Childe Harold*, do poeta inglês Lord Byron¹.

Foi na região entre os morros da Babilônia e do Pasmado que, “àquela hora mansa da noite, o grito sacrílego” de um dos boêmios encontrou respostas vindas de dentro daquele prédio “branco e sinistro”. Esse esdrúxulo diálogo, o qual, de um lado, um grupo de jovens embalados pelo “excesso de romantismo”,

¹ *Childe Harold's Pilgrimage*, ou a *Peregrinação de Childe Harold* é um dos principais trabalhos de Byron. A obra, composta de quatro cantos escritos entre 1811 e 1818, narra as andanças, os amores e os desencantos de um herói que peregrina por regiões da Europa, como a Península Ibérica, Albânia e Grécia, as quais tem sua natureza minuciosamente descrita. Byron influenciou a obra de muitos artistas e literatos mundo afora e, no Brasil, influenciou os escritos de Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, entre outros. Cf. Fagundes VARELA. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Edições Skiper, s/d.

de outro, a “triste casa”, “povoada de sonhos alucinados”, marcou a primeira vez em que Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, um dos cinco rapazes, se aproximou do Hospício Nacional dos Alienados.

Em artigo publicado em fevereiro de 1905 na elegante revista *Kosmos*, Bilac afirmava que havia realizado outras visitas ao hospício da Paria da Saudade. Não mais como um jovem aventureiro, mas como renomado escritor, recebera convites para “percorrer a Casa da Loucura” que “em tudo respirava miséria e abandono”. Entretanto, naquele início de 1905, não havia motivos para más impressões, algumas mudanças resultaram na “radical transformação e a reabilitação material e moral do velho estabelecimento”. Tudo era diferente:

“Hoje o Hospício Nacional é um Palácio. O ministério do Interior acaba de gastar ali somas consideráveis, e nunca o dinheiro público foi tão bem empregado. O que era uma geena infecta e maldita, só geradora de asco e terror, um lugar de desterro e suplício, povoado daqueles esmos gritos alucinados e terríveis, que há vinte e um anos, me haviam apavorado e martirizado, é hoje um asilo calmo e piedoso, em que a brandura substituiu a violência e em que os órfãos da razão, tutelados pelo Estado, são tratados como homens, apenas mais infelizes que os outros, mas tão dignos de carinho e respeito”²

O terror havia dado lugar ao carinho e a Casa de Sofrimento se transformara em um Palácio. Para além da tinta poética da pena de Bilac, podemos notar uma significativa mudança na percepção do visitante em relação ao Hospício Nacional de Alienados. O motivo teria sido os “gastos consideráveis” que o governo havia empregado para tratar com dignidade os “órfãos da razão”. Segundo o literato, o motivo de toda essa mudança foram os “artigos alarmantes da imprensa” que denunciavam o mau estado do hospício.

Todo esse alarme da imprensa ocorrera alguns anos antes, com a notícia de um desfalque realizado naquele estabelecimento. Junto com os detalhes do episódio, publicavam-se avaliações desfavoráveis à administração do hospício. As recorrentes críticas motivaram o ministro da Justiça, responsável pelo ministério ao qual o Hospício Nacional de Alienados era subordinado, a instaurar um inquérito para apurar as denúncias. Uma crise havia se instaurado na assistência a alienados.

² Olavo BILAC. “No Hospício Nacional”. IN: **Kosmos Revista Artística, Científica e Litteraria**. Rio de Janeiro, ano 2, fevereiro de 1905.

Logo após o início do inquérito, em dezembro de 1902, novas denúncias vieram à tona. Dessa vez o alvo era uma irregularidade envolvendo um funcionário das colônias da Ilha do Governador, outro estabelecimento para alienados do Distrito Federal. Imediatamente o inquérito foi estendido àquelas colônias. O governo buscava uma pronta reação à crise.

Uma comissão composta por quatro membros foi nomeada pelo ministro para conduzir o inquérito. Depois de quase três meses, em março de 1903, o inquérito é encerrado tendo como documento final um relatório que registrava as impressões e propostas da comissão de inquérito reunia cartas dos diretores do hospício e das colônias e dos responsáveis pelos inúmeros serviços e seções destes estabelecimentos.

Entre as propostas da comissão de inquérito estava a criação de uma comissão de inspeção que teria a função de inspecionar regularmente os estabelecimentos de alienados para avaliar seu estado. As avaliações seriam reunidas ao fim de cada ano e seriam enviadas em um relatório ao ministro. No final de 1903 foi aprovada uma nova lei que reorganizava a assistência a alienados e dotava-a de um caráter nacional. Entre as novidades, a lei criava as comissões de inspeção que deveriam inspecionar todos os estabelecimentos destinados ao tratamento de alienados do país e, tal como havia sugerido a comissão de inquérito, elas deveriam enviar anualmente um relatório ao ministro. A crise havia terminado e as reações do governo pareciam surtir efeito.

Muitas investigações que têm se dedicado a compreender as estratégias de administração da loucura durante a Primeira República consideram esse período como de crise. Crise essa que causaria grande impacto e mudanças na Assistência Médico-Legal a Alienados³.

Em trabalho que investiga as mudanças na condição social da loucura, Magali Gouveia Engel destaca o caso de um empregado do Hospício Nacional de Alienados, acusado de desfalque, que se tornou o “estopim” de uma crise que

³ Fundada em 1890, a Assistência reunia, em 1902, o Hospício Nacional de Alienados e as Colônias da Ilha do Governador.

provocaria o afastamento de dois diretores daquela instituição em menos de nove meses⁴:

“No começo de 1902 a acusação de desvio de verbas que recaiu sobre o almoxarife do HNA, Oscar Adolpho da Costa Braga, foi o estopim para uma série de denúncias sobre as precariedades das condições de funcionamento da instituição, publicadas em alguns jornais cariocas. [...] em meados de junho do mesmo ano, o Dr. Antônio Dias de Barros substituiria [na direção do HNA] o Dr. Pedro Dias Carneiro, cuja própria capacidade profissional para dirigir o serviço de assistência aos alienados foi questionada por ocasião das acusações contra o almoxarife do HNA [Hospício Nacional de Alienados]. O novo diretor ver-se-ia, contudo, às voltas com os mesmos problemas enfrentados pelo seu antecessor.”⁵

Renata Prudêncio da Silva chama atenção para a atribulada experiência de Antonio Dias Barros como diretor do hospício. O seu objeto de estudo é a instauração de um pavilhão para crianças que, segundo a autora, seria um dos resultados alcançados na reação à crise:

“A gestão de Dias Barros foi curta e marcada por grande agitação. A situação em que se encontrava o HNA, somada às denúncias públicas que acusavam o almoxarife do hospital de desvio de verbas, bem como a precariedade em que funcionava desde seu antecessor, desembocou, ainda em 1902, em uma sindicância na instituição por ordem do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, J. J. Seabra.”⁶

Allister Andrew Dias Teixeira analisa as relações entre a polícia, a imprensa e os principais espaços e instituições de psiquiatria da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Para o autor, o episódio do desfalque desencadearia uma série de problemas que seriam sempre acompanhados de perto pelos jornais:

“Nos dias 24 e 25 de janeiro o jornal Gazeta de Notícias publicaria uma denúncia de desvio de dinheiro do HNA [Hospício Nacional de Alienados] descrevendo detalhadamente o acontecido. O almoxarife foi

⁴ Em 12 de julho de 1902, Pedro Dias Carneiro é substituído por Antônio Dias de Barros, este seria substituído em 26 de março de 1903 por Juliano Moreira. Cf. Roberto Cesar Silva de AZEVEDO. **Educar crianças anormais: práticas policiais, médicas e pedagógicas na internação de crianças com epilepsia no início do século XX.** Monografia de final de curso Departamento de História da PUC-Rio. Rio de Janeiro, dezembro de 2009. P. 27-29. Disponível em <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/producao/2009monografiarobertoazevedo.pdf>. Último acesso em 14/02/2012.

⁵ Magali Gouveia ENGEL. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios** (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. P.283-4.

⁶ Renata Prudêncio da SILVA. “Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX”. In: **Revista Latinoamericana Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 12, n. 1. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n1/a13v12n1.pdf>. Último acesso em 22/03/2011. p.197-198

preso em no dia 24 e esta questão seria o pontapé inicial dos verdadeiros problemas.”⁷

Mesmo concentrados em focos distintos, todos esses trabalhos consideram a crise como uma espécie de divisor de águas na assistência a alienados. Nossa proposta é buscar entender essa crise, particularmente o período relacionado ao inquérito que ela gerou, a partir de um olhar mais acurado para alguns personagens que até então tiveram sua participação no episódio rapidamente registrada ou mesmo ignorada. Nesse sentido, a crise da assistência e o inquérito propriamente dito será o contexto no qual encontraremos a trajetória dessas pessoas que de alguma forma revelam muito do seu tempo. Ajuda-nos a melhor entendê-lo.

O objetivo dessa dissertação é pesquisar a crise na assistência a alienados do Distrito Federal bem como as reações do governo que, a partir do inquérito, encontrou nas comissões de inspeção uma forma de acompanhar e corrigir eventuais deslizes no processo de consolidação do projeto alienista no Brasil. A relevância desse trabalho se dá pelo fato de ainda não haver um estudo que se concentrasse nas comissões de inspeção como agente do projeto alienista. Outro ponto é que muitos pesquisadores se referem à crise de 1902 como um divisor de águas, um estopim ou qualquer outro nome que denota um marco inaugural para o alienismo no Brasil. Consideramos aqui essa crise como um dos objetos de análise e privilegiaremos a participação de personagens que ainda não haviam sido analisados a partir de sua participação na história da crise em particular e da assistência a alienados no geral.

Dessa forma, nos capítulos da dissertação vamos investigar como, as reações à crise e, especificamente, as comissões de inspeção contribuíram para as mudanças do modo pelo qual sucessivos governos republicanos tratariam a questão da loucura não só a partir de etéreos saberes médicos, mas também de questões práticas ligadas aos limites e responsabilidades cotidianas de seus ditames.

⁷ Allister Andrew Teixeira DIAS. *“Dramas de sangue” na cidade: psiquiatria, loucura e assassinato no Rio de Janeiro (1901-19021)*. Rio de Janeiro: COC/Fiocruz, 2010. (dissertação de mestrado). P.44

O recorte temporal terá como marco inicial o ano de 1902, quando o inquérito será instaurado para investigar denúncias sobre um desfalque ocorrido no Hospício Nacional de Alienados. Em seguida esse inquérito será estendido às colônias de alienados da Ilha do Governador. O marco final, 1925, foi definido a partir da mudança que concede ao executivo o poder de modificar a composição e as atribuições da comissão de inspeção.

Além dos relatórios, preponderantemente acessados na coleção “Brazilian Government Documents” disponível no *site Center for Research Librarians*, a documentação utilizada inclui jornais consultados na Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional. Esses periódicos foram de grande utilidade para a compreensão de como questões do alienismo e crises institucionais transbordavam as fronteiras da assistência e ganhavam as arenas não especializadas como os jornais *A Notícia*, *A Noite*, *Jornal do Commercio*, *O Suburbano*, entre outros. No Arquivo Nacional, os fundos da *Série Saúde* e da *Série Justiça* permitiram acesso a alguns ofícios e demais documentações oficiais.

No segundo capítulo, intitulado *O desfalque*, nossa proposta é buscar entender essa crise, particularmente o período relacionado ao inquérito que ela gerou, a partir de um olhar mais acurado para alguns personagens que até então tiveram sua participação no episódio rapidamente registrada ou mesmo ignorada. Nesse sentido, a crise da assistência e o inquérito propriamente dito será o contexto no qual encontraremos a trajetória dessas pessoas que de alguma forma revelam muito do seu tempo. Ajuda-nos a melhor entendê-lo.

Essas pessoas que durante toda a vida pouco ou nenhuma voz tiveram nos ajudarão agora a melhor compreender esse capítulo do alienismo brasileiro no alvorecer do século XX. Nas páginas seguintes, três personagens, uma inspetora de lavanderia e dois almoxarifes, nos conduzirão por essa crise e, mesmo com suas “vidas cinzentas”⁸, “farão saltar para o primeiro plano o contexto do qual surgiram, porque não são nem mais nem menos representativas dele – são-lhe inerentes”⁹.

⁸ Lilia Ferreira LOBO. **Os infames da história:** pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. P.17

⁹ Idem, p.19.

No terceiro capítulo, intitulado *O inquérito* privilegiaremos alguns detalhes da crise de 1902. Nosso interesse será encontrar entre os conflitos que vêm à tona durante o inquérito instaurado em 1902, aqueles que se manifestam a partir do que Ernan McMullin chama de “controvérsias não epistêmicas”¹⁰. Segundo o autor, o processo de construção do conhecimento científico se dá através das disputas no interior da comunidade científica. Essas disputas, ou controvérsias, seriam divididas entre epistêmicas e não epistêmicas. Entre as primeiras estão as relevantes para o debate e para o conhecimento em si. Já as disputas não epistêmicas estariam à margem da discussão científica, sujeitas a contingências variadas como interferências políticas ou mesmo a caprichos do acaso.

Nessa perspectiva, abordaremos a construção do inquérito por meio da análise não somente das questões internas à Assistência a Alienados, mas também daquelas que estabelecem interlocuções sociais e culturais externas à psiquiatria. Para isso, o capítulo será dividido em três partes. Na primeira, o foco de nossa análise será o ofício encaminhado ao ministro da justiça, antes mesmo do término da sindicância, em que os membros da comissão se alarmam com a “promiscuidade entre adultos e crianças”. Veremos os detalhes desse relato, como ele foi recebido por diferentes atores e quais impactos ele acarretou.

Em seguida, abordaremos a avaliação da comissão de inquérito na seção “Relatório” do *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*¹¹. Essa primeira parte do documento enviado ao ministro da justiça tinha a finalidade de oferecer uma “minuciosa descrição” dos estabelecimentos públicos do Distrito Federal. Aqui encontramos alguns aspectos do cotidiano desses estabelecimentos registrados a partir das várias visitas realizadas pelos membros da comissão de inquérito.

¹⁰ Tomamos como referência o artigo de Jorge Augusto Carreta sobre os impactos referentes à aceitação da teoria microbiológica no Brasil do início do século XX. Na parte introdutória do artigo, Carreta analisa a literatura sobre as controvérsias científicas com destaque para a contribuição de Ernan McMullin. Cf. Jorge Augusto CARRETA. “Oswaldo Cruz e a controvérsia da sorologia”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, V.18, Nº3, Jul.-Set. 2001, p.677-700.

¹¹ O documento é constituído por 107 páginas divididas em duas partes: “Relatório” e “Documentos”.

Na terceira parte desse capítulo analisaremos a seção “Documentos” do mesmo relatório. Nesse conjunto de anexos encontramos cartas com as respostas dos médicos e outros funcionários aos questionamentos surgidos durante o inquérito e tabelas com dados que comprovariam algumas das afirmações contidas tanto no relatório quanto nas cartas dos médicos. Essas cartas registram conflitos e disputas internas que demonstram como sentimentos tão humanos como inveja, ciúme e carência de aprovação social podem habitar personagens elevados aos mais altos cargos da Assistência a Alienados. Essa documentação oferece um cenário em que se torna evidente o quanto algumas práticas e decisões fundamentais para o bom funcionamento da assistência foram contaminadas por motivos rasteiros.

No quarto capítulo, *As comissões de inspeção*, nosso esforço será analisar os relatórios das comissões de inspeção. Escritos a partir dos primeiros anos do século XX, momento no qual a lógica da administração pública passava a se apoiar de forma mais ostensiva nos ditames da ciência, os relatórios produzidos pelas comissões de inspeção representavam a tentativa do governo republicano de controlar e regular a prática alienista no Brasil.

Consideramos que no início do século XX, as comissões emergem como importante ator da Assistência a Alienados e, por que não dizer, do alienismo brasileiro. O capítulo é dividido em duas seções. Na primeira, abordaremos o período de 1903 a 1911. A legislação da época nos permite perceber um movimento no sentido de estabelecer normas nacionais para o alienismo brasileiro. Assim, o decreto de 1903 determinava que “todos os estabelecimentos de alienados públicos e particulares, existentes no país” deveriam ser fiscalizados. Na segunda parte, que percorre o período entre 1911 a 1925, a lei passa a estabelecer que um dos membros da comissão inspetora deveria ser um médico. Portanto, a vaga destinada para “um profissional de reconhecida competência” passaria para um “médico de reconhecida competência”. Outra característica deste período é o recuo da fiscalização, que passa a fiscalizar somente os estabelecimentos do distrito Federal.

Destinamos o quarto capítulo para a *Conclusão*. Nele, além de um balanço avaliativo da análise empreendida nos capítulos anteriores, analisamos um caso

ocorrido em 1901 que teria relação com a crise do ano seguinte e as mudanças dela resultantes. Esse caso evidencia como o acaso pode influenciar os rumos da assistência a alienados no Brasil.